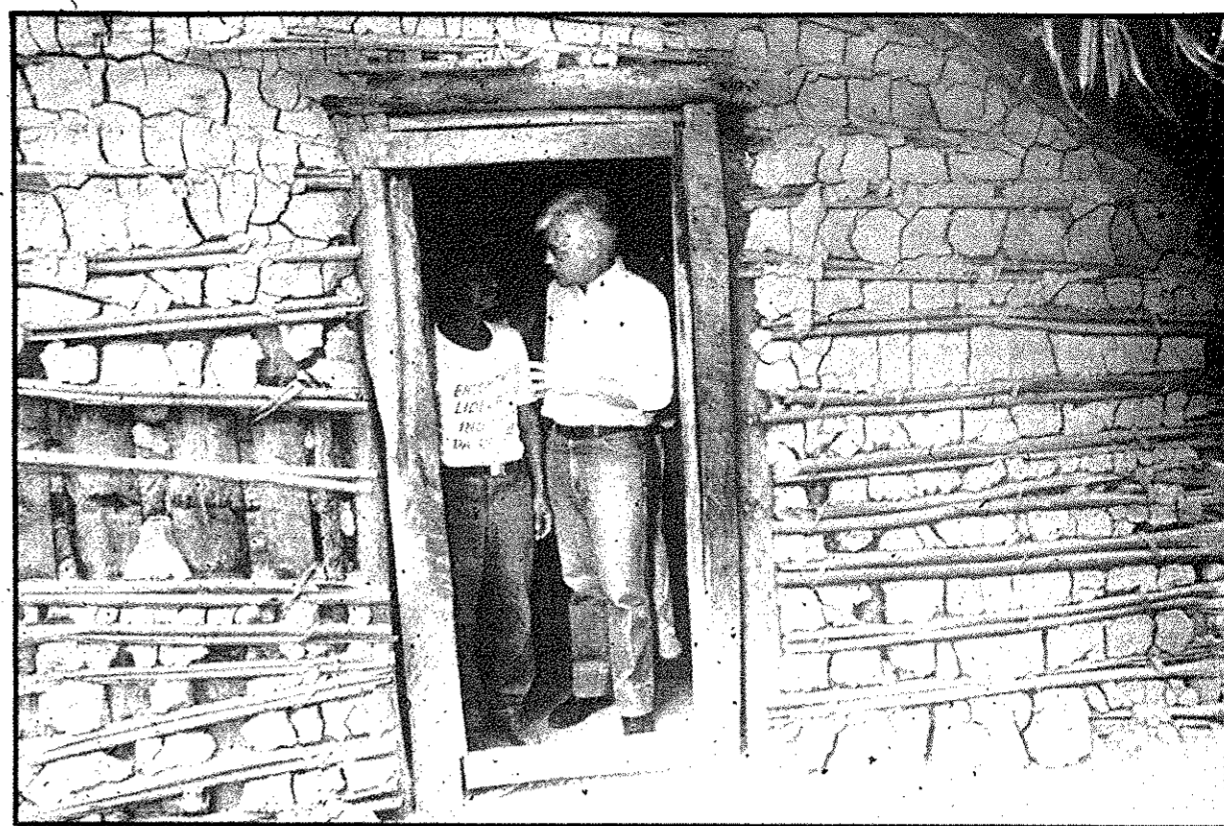


**INFORME ESPECIAL**

Fotos de Salvador Seafano



Os índios viveram um dia de festa com o fim da demarcação que lhes assegura a posse definitiva da terra

O governador foi ver como os índios vivem e conversou demoradamente com o líder da comunidade

**Moreira diz que a luta valeu**

**Reserva dos índios guaranis, demarcada, está livre dos grileiros e especuladores**

*Mais ninguém pode ameaçar a comunidade indígena, que reúne mais de 200 homens, mulheres e crianças. Foi um dia de festa*

COM a política fundiária do governador Moreira Franco, o Estado do Rio ganhou, ontem, as primeiras páginas de todos os jornais: a partir de agora a reserva dos índios guaranis, em Bracuí, no município de Angra dos Reis, é intocável. Toda a área indígena foi demarcada, para tranquilidade dos 200 índios que ali vivem.

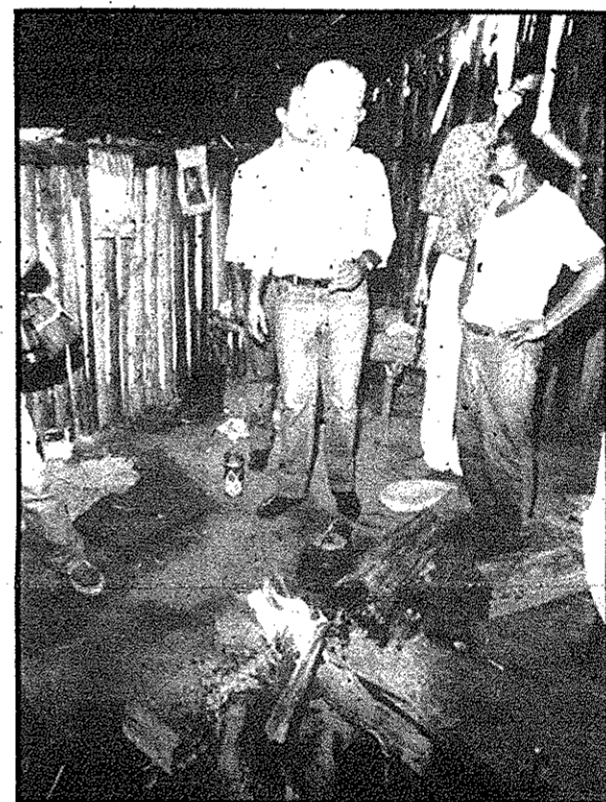
Moreira foi recebido na aldeia pelo cacique João Silva, de 76 anos, que comanda a comunidade. Depois de garantir ao cacique e a sua tribo que a demarcação das terras é definitiva, o governador disse que o Estado enfrentou grileiros e a especulação imobiliária, "mas a luta valeu". Uma das nações mais importantes na for-

mação do povo brasileiro, os índios guarani, têm, agora, no Rio de Janeiro, sua área delimitada.

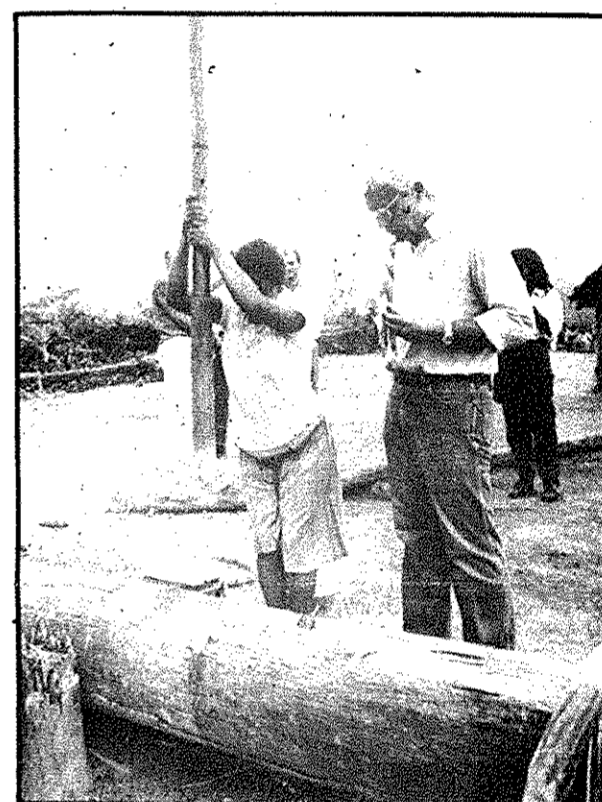
Moreira foi saudado, em seguida, pelo cacique João Santos na língua guarani e em português. O índio Algemiro, que é professor das crianças da tribo, fez a tradução. Ele é o responsável pela preservação da língua original entre os índios. Cercado de crianças, mulheres e homens da reserva, o governador Moreira Franco visitou a oca do cacique, o local onde as mulheres fazem o artesanato que é vendido na beira da BR-101 (a oito quilômetros da aldeia) e a horta. Ali, os índios plantam mandioca, cana, abacaxi, batata-doce e milho. Moreira determinou

ao secretário estadual de Assuntos Fundiários, Vicente Loureiro, que o acompanhou na visita, que monte uma barraca na BR-101 para facilitar a comercialização do artesanato indígena.

De acordo com convênio assinado entre o governo do Estado e a Funai, que propiciou a preservação das terras, coube à administração estadual a desapropriação das terras, a demarcação da área e o assentamento dos índios. Para a Funai ficou reservado o pagamento das indenizações. Sobre isso, ainda há uma ação na Justiça, mas que não interfere na demarcação em si. Graças à organização do Estado, foi possível resolver uma pendência social que se arrastava há mais de 40 anos.



Moreira tomou café feito em fogo de lenha



Também viu como as índias pegam duro no trabalho



Um abraço de reconhecimento para comemorar o fim de 40 anos de luta

**Uma luta que durou quatro décadas**

A O supervisionar a conclusão dos trabalhos de demarcação das terras dos índios guaranis em Bracuí, Angra dos Reis, o Governador Moreira Franco pôs fim à saga do grupo indígena oriundo do Paraná que, há pelo menos 40 anos, habita uma área de 700 hectares, distante oito quilômetros do mar de Angra. O sonho desses índios, atualmente cerca de 200, era a preservação de sua área, permanentemente ameaçada pelo alto valor das terras locais, no que estão sendo atendidos agora pela Administração estadual.

Os índios vinham reivindicando a medida há muitos anos, mas os ventos só começaram a soprar a favor deles quando resolveram, em 1987, procurar o Governador Moreira Franco, que, imediatamente, entrou em contato com a Funai (Fundação Nacional do Índio). Resultou daí a assinatura de convênio entre o Governo e a Funai para a demarcação definitiva das terras. O acordo previa caber ao Governo do Estado a desapropriação das terras, a demarcação da área e o assentamento da comunidade indígena — e à Funai, os recursos financeiros para as indenizações.

Segundo a diretora do Museu do Índio, Cláudia Menezes, "esses últimos indígenas do Estado do Rio de Janeiro poderão praticar seus rituais, plantar, colher e viver, sem que sejam vistos apenas como figuras folclóricas". Para Cláudia, a demarcação levada a

efeito pelo Governador Moreira Franco "é uma espécie de brado contra o passado, quando nações indígenas fluminenses, como a Tupinambá, foram dizimadas".

A diretora do Museu do Índio (entidade que está prestando assessoria técnica para o assentamento dos índios), disse ainda que, se não houvesse a atuação conjunta do Governador, do órgão que ela dirige, da Superintendência Regional da Funai e da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários, "dentro de cinco anos, verdadeiras guaranis nas mesmas posições subalternas de tantas outras tribos, vendendo artesanato para sobreviver".

Na Justiça

O secretário estadual de Assuntos Fundiários, Vicente Loureiro, informou que a ação judicial de desapropriação das terras dos guaranis continua tramitando na 17ª Vara Federal. No momento, ainda segundo Loureiro, a Justiça aguarda pronunciamento da Funai a respeito do conceito de "inmemorialidade das terras indígenas", introduzido na nova Constituição e que prevê o pagamento apenas das benfeitorias existentes, se ficar provado que a área, de fato, pertence aos indígenas.

Isso é possível, conforme a explicação do secretário de Assuntos Fundiários, devido à existência de várias pessoas com títulos diversos para o domínio da mesma área, numa querela

contra os índios, que estariam lá há mais tempo. Comprovada essa realidade, o Estado se limitaria a pagar a indenização somente pelas benfeitorias e nunca pelo total das terras.

— Mas fiquem certos todos — garantiu Loureiro — que tanto a demarcação quanto a desapropriação são irreversíveis: a Procuradoria do Estado tem demonstrado sobejamente que o direito dos índios sobre aquelas terras é anterior ao de qualquer mero detentor de título.

O certo, como disse o secretário de Assuntos Fundiários, é que o Governador Moreira Franco, antecipando-se ao que vier a ser decidido pela Justiça federal quanto à forma de indenização, "já está cumprindo os termos do convênio assinado com a Funai".

Na reserva indígena, os guaranis desenvolvem hoje suas atividades com mais segurança e certeza no futuro. Tanto é assim que houve excedentes nas colheitas de milho, arroz, feijão e apimim, mas que não foram comercializados.

Roupas e alimentos eles adquirem com o dinheiro da venda de artesanato, num trabalho que, segundo a diretora do Museu do Índio, Cláudia Menezes, "mantém a marca da identidade étnica do grupo". Cláudia informa que o padrão das peças é o mesmo de há centenas de anos.

— Claro que adaptado à nossa época, pois já não existem mais tantos corantes naturais e plumas — esclarece a diretora do Museu do Índio.

**Ação pioneira no setor fundiário**

A ação do Governador Moreira Franco no setor de assuntos fundiários — que ganha realce agora com a demarcação das terras dos índios guarani — é pioneira, de caráter permanente e, temo como uma das metas básicas a confecção do Atlas Fundiário do Estado. Será através desse levantamento ora empreendido por técnicos da Secretaria de Assuntos Fundiários que se conhecerá, nos mínimos detalhes, a estrutura fundiária do Rio de Janeiro.

Segundo o secretário de Assuntos Fundiários, Vicente Loureiro, a coleta de dados é fundamental para que as autoridades tenham uma visão real do caos fundiário deixado por Governos anteriores. Dados iniciais indicam, por exemplo, que há 257 imóveis rurais do Estado cedidos a particulares, sem que, na maioria dos casos, haja ou perdue motivo razoável para a cessão. Estes imóveis significam juntos, seis mil hectares.

— Claro que nem todos os beneficiários estão levando vantagens descabidas ou realizando trabalhos que nenhum bem tragam à população, mas é de se supor que grande parte desses seis mil hectares estariam em melhores mãos se voltassem para o Estado, até mesmo para servirem ao assentamento de agricultores sem terras — argumenta Loureiro.

As razões e os motivos detalhados de cada uma das cessões serão conhecidos na medida que o levantamento para a confecção do Atlas avance. Da mesma forma, ainda segundo o secretário de Assuntos Fundiários, as autoridades poderão saber



a situação legal das terras improdutivas e devolutas.

— No final do levantamento, teremos uma visão geral da situação fundiária no Estado do Rio e uma maior capacidade para responder com eficiência e presteza a questão da existência de centenas de comunidades urbanas e rurais em conflito pela posse da terra — explica Loureiro.

Ele salienta que o governador Moreira Franco, ao fazer o convite para que assumisse a Secretaria de Assuntos Fundiários, lhe recomendou "o exercício de uma política fundiária responsável e equilibrada, que caracterizasse a marca de um Estado voltado para seus cidadãos, comprometido com suas necessidades e preocupado em fazer de suas ações instrumento de justiça e paz social".

São metas do Governador Moreira Franco, na área dos assuntos fundiários, consolidar 18 assentamentos rurais em todo o Estado e beneficiar com a concessão de títulos de posse da terra cerca de 20 mil famílias que ocupam áreas de conflito. Está ainda dentro da linha de ação governamental, segundo Vicente Loureiro, "procurar instrumentos legais de aquisição de terras — como ações discriminatórias, demarcatórias e desapropriações — e, quando necessário, buscar a negociação direta com o proprietário da área em conflito, com afinidade de resolver a questão amigavelmente".

Outra das metas que, conforme explicou Loureiro, está sendo levada adiante é a de cadastramento das terras públicas para uma destinação mais justa e eficiente desse patrimônio.

*Durante quatro décadas a reserva dos índios guarani esteve sob a constante ameaça dos grileiros e especuladores. Isso, agora, acabou*

